

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 994 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 1999

## Plenário define novos critérios para tramitação de medidas provisórias

Senadores votarão hoje, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que retira a eficácia das MPs que não forem votadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal no prazo máximo de 120 dias



O plenário também deve votar projeto que simplifica a documentação exigida de estados e municípios que pedem autorização para endividamento

O plenário do Senado aprecia hoje, em segundo turno de votação, a proposta de emenda constitucional que altera o prazo de validade e os mecanismos de tramitação das medidas provisórias no Congresso. De acordo com o substitutivo do senador José Fogaça, perderá a eficácia a MP que não for votada pelos senadores e pelos deputados federais até 120 dias após a sua edição.

PÁGINA 4

### ACM REBATE CRÍTICAS À REGULAMENTAÇÃO DE MPs

Para o senador Antonio Carlos Magalhães, o presidente Fernando Henrique "não foi feliz" ao criticar a regulamentação das medidas provisórias.

PÁGINA 2

### *Aprovada mudança de regras para acesso dos partidos ao rádio e TV*

PÁGINA 3

### CAE ESTABELECE PERCENTUAL MÍNIMO PARA APLICAÇÃO NA AGROINDÚSTRIA

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto de lei que obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a destinar pelo menos 22% dos seus recursos à agroindústria. Se não houver solicitação para que seja votada em plenário, a matéria seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

PÁGINA 5



### *Procurador dá prioridade às conclusões da comissão*

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, prometeu ontem ao presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet, destacar quatro subprocuradores para examinar o relatório final da comissão.

PÁGINA 6



Comissão de Educação aceitou prorrogação de prazo para transformação de clubes em empresas

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CONCORDA EM AMPLIAR PRAZO DA LEI PELÉ

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer favorável ao projeto que prorroga até março de 2001 o prazo para que os clubes de futebol se transformem em empresas. A proposta, que altera a Lei Pelé, iguala esse prazo ao previsto para a extinção do vínculo desportivo, o chamado "passê", e vai agora à votação no plenário.

PÁGINA 5



O percentual mínimo para financiamento à agroindústria recebeu, na CAE, 14 votos favoráveis e 6 contrários

# ACM rejeita críticas de Fernando Henrique à regulamentação de MPs

“A governabilidade de um país, quando se assenta em medidas provisórias, não vai bem”, afirma o senador ao comentar pronunciamento do presidente da República em encontro do PSDB

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, rejeitou ontem as críticas feitas na segunda-feira pelo presidente da República à iniciativa do Congresso Nacional de emendar a Constituição para regulamentar a edição de medidas provisórias pelo Executivo. “A governabilidade de um país, quando se assenta em medidas provisórias, não vai bem”, destacou o senador.

Antonio Carlos comentou pronunciamento feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em encontro do PSDB e concordou com a avaliação crítica do chefe



Antonio Carlos observa que medida de seis a sete anos não pode ser chamada de provisória

cordo inteiramente em relação à reforma tributária, mas não concordo em relação às medidas provisórias”, destacou. O presidente do Senado lembrou que “se elas são medidas provisórias, isso quer dizer que não podem ser permanentes”.

do governo em relação à tramitação da proposta de reforma tributária, em discussão na Câmara dos Deputados.

Ele considerou “boa” a manifestação de Fernando Henrique. “Con-

— Há medidas provisórias de seis e sete anos, e acho que quatro meses (prazo que poderá ser estabelecido pela regulamentação como validade máxima para uma MP) são suficientes; ou então, não é uma medida pro-

visória — argumentou.

Antonio Carlos concluiu que o presidente da República, em relação à questão das medidas provisórias, “não foi feliz”. As queixas de Fernando Henrique sobre a falta de sustentação política, afirmou o senador, tiveram “caráter partidário” e não se referiram à atuação da base do governo no Congresso.

— Acho que ele está triste porque a base política dele não o defende, mas ele falou como partidário, pois como presidente não tem direito de falar, porque aqui tem sido bastante defendido — frisou. O senador entende, ainda, que é natural que o presidente da República queira mais presteza do Congresso para votar, mas ressalta que “todo parlamento do mundo é assim”.

## “Congresso não pode ter sua função usurpada por outro Poder”

O texto do senador José Fogaça (PMDB-RS) com as novas regras de edição de medidas provisórias e sua tramitação no Congresso foi considerado “muito bom” pelo presidente do Senado. O texto é um substitutivo às alterações feitas pela Câmara na proposta de emenda constitucional que trata do assunto. Antonio Carlos acrescentou que, se dependesse de sua vontade, a matéria

seria aprovada.

Sobre a possibilidade de o governo tentar derrubar a proposta de Fogaça quando ela for votada na Câmara dos Deputados, Antonio Carlos afirmou que a respeitabilidade do Congresso está acima da base política do governo. Ele lembrou que o Congresso é o órgão legislador e não pode ter sua função usurpada por outro Poder.

O presidente do Senado considerou desnecessárias as modificações feitas pelo governo nas regras de cobrança das mensalidades escolares aprovadas na semana passada pelo Congresso. Na opinião do senador, todas as mudanças estavam explícitas ou implícitas na medida provisória anteriormente aprovada.

— Esta foi uma oportunidade de o governo mostrar que está a favor dos

menos favorecidos. Eu não vou dizer que foi encenação, mas o governo pôde mostrar que não quer aumento de mensalidades e que também vai melhorar o ensino público, porque tudo isso ocorre porque o ensino público, sobretudo o universitário, não está bom. Mas não é culpa desse governo, pois já não vem bom há muito tempo. Mas não melhorou, também — comentou Antonio Carlos.

## Livro sobre a moeda brasileira será lançado hoje

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, participam hoje do lançamento do livro *O Dinheiro Brasileiro — desde a criação do Banco Central, 1964-1999*, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. A solenidade será realizada às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional.

## Senador considera uma “imoralidade sem limite” reajuste de juizes do DF

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou “uma imoralidade sem limite que não pode vigorar” a mudança no cálculo da gratificação que os juizes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal adotaram. Com a mudança, a remuneração de um magistrado pode ser reajustada em até 100%.

— Eu espero falar mais sobre este assunto em discurso que farei provavel-

mente no final desta semana ou no início da outra. Coisas absurdas que já ocorreram em tribunais da região Norte, onde não há fiscalização efetiva, ocorrem também na capital federal. Isso mostra que a justiça realmente precisa de corretivos — opinou Antonio Carlos.

Respondendo sobre reportagem publicada no jornal *Correio Braziliense* de ontem, na qual o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) é acusado de ter mentido à

CPI do Judiciário quando disse que estava licenciado de suas empresas, Antonio Carlos afirmou que mentir em um depoimento é grave, mas o assunto deve ser examinado pelo relator Paulo Souto (PFL-BA), pelo presidente da CPI, Ramez Tebet (PMDB-MS), ou pela subcomissão que será criada para acompanhar o andamento das investigações sobre os casos investigados pela comissão parlamentar de inquérito.

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente  
12h15 — Participa de videoconferência do I Seminário Nacional de Interlegis, que se realiza em Salvador. Sala de Autoridades da Presidência do Senado  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado  
18h30 — Participa lançamento do livro “O Dinheiro Brasileiro”

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-A/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; PDL nº 20/98, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai; PR nº 68/99, que dá nova redação ao inciso VIII, do art. 13 da Resolução nº 78/98 (operações de crédito), tramitando em conjunto com o PR nº 88/99, que dá nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78/98 (operações de crédito).

### COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Audiência pública com o ex-funcionário do Indesp, João Elias Cardoso; o delegado da Polícia Federal, Luiz Fernando Ayres Machado; e o jornalista, Juca Kfoury, com a finalidade de prestarem informações sobre o esquema de corrupção relacionado com a abertura de salões de bingos eletrônicos no país. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: PLC nº 40/99, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza; PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; Emendas nºs 1 a 3 da Câmara dos Deputados oferecidas ao PLS nº 81/99, que dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998; PLS nº 113/99, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça Pit Bull; PLS nº 536/99, que altera dispositivos da Lei nº 4.898/65, e da Lei nº 8.429/92; PLS nº 205/99 — terminativo, que acrescenta o parágrafo 1º, ao artigo 9º, da Lei nº 4.591/64, emendas de Plenário nº 2, 3 e 4 ao PLS nº 23/98 — Complementar, que autoriza o Poder Executivo a incluir municípios de Minas Gerais situados no entorno do Distrito Federal, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; PLS nº 213/99 — não terminativo na CCJ, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo; PLS nº 32/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; PLS nº 30/99 — terminativo, altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos de administração pública; PLS nº 32/99 — terminativo, que altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal); PLS nº 162/99 — terminativo, que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro, tramita em conjunto com PLS nº 288/99 — terminativo, que dispõe sobre a indisponibilidade dos bens de vítimas de seqüestro e de extorsão mediante seqüestro, de seus familiares; e PLS nº 309/99 — terminativo, que dispõe sobre o arresto de bens de pessoas seqüestradas, cônjuges, parentes e afins que com ela convivam. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

### ESPECIAL

18h30 — Lançamento do livro *O Dinheiro Brasileiro*, com a presença do presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto. Salão Negro do Congresso Nacional

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Heliwal Rios (61) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Desempenho eleitoral define espaço no rádio e na TV

Substitutivo aprovado pelos senadores permite aos partidos que se organizem em federação para a contagem dos votos necessários à participação na propaganda gratuita e no Fundo Partidário. Projeto segue para a Câmara dos Deputados

Em turno suplementar, o Senado aprovou ontem substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto do senador José Agripino (PFL-RN) que antecipa para as eleições de 2002 a exigência dos critérios de desempenho para o acesso das agremiações ao Fundo Partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão. A matéria também permite que as legendas se organizem em federação para a contagem dos votos necessários a tal acesso. Será submetida agora à deliberação dos deputados.

O substitutivo estabelece que dividirão nove décimos do tempo destinado à propaganda gratuita as legendas que tiverem obtido, já na última eleição, 5% dos votos na Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos estados da Federação, com um mínimo de 2% em cada um deles. O décimo do tempo restante será distribuído entre aquelas legendas que não alcançarem essa votação. Com relação ao Fundo Partidário, o substitutivo divide 10% do valor disponível entre todas as legendas e os 90% restantes entre aquelas que obtiverem o desempenho eleitoral mínimo estabelecido.

Primeiro a debater a matéria, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) antecipou que se absteria da votação e argumentou que, independentemente de uma lei disciplinando o assunto, poderia haver federação de partidos, bastando que algumas legendas se reunissem com um nome fantasia e o registrassem na Justiça Eleitoral, como se fosse uma agremiação partidária. Ele voltou a defender emenda destinada a adiar para 2010 a entrada em vigor dessas exigências.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) lastimou que essa cláusula de barreira tenha sido exaustivamente

te debatida no Senado com tão poucos efeitos práticos. Também sustentou que a idéia da federação prescinde de qualquer legislação, visto que a autonomia dos partidos políticos já lhes garante essa capacidade. “A idéia de colocar isso em lei é autoritária, é a tutela sobre aquilo que a Constituição já permite com plena liberdade”, argumentou Freire.

## CRESCIMENTO

O parlamentar também sustentou que os defensores dessa iniciativa têm medo do novo e do crescimento do PPS. “Mas como estamos vocacionados para o poder, e quem diz isso é a vida, não vamos nos preocupar com isso. Em 2002, o partido que não conseguir demonstrar ter 5% dos votos da Câmara não terá acesso à televisão, mas vamos ultrapassar essa marca”, assegurou Freire.

Autor do substitutivo, Edison Lobão disse que a matéria consistia apenas na antecipação para 2002 de uma exigência já existente na lei. “A lei já estabelece como condição para a existência de partido político ter ele obtido pelo menos 5% dos votos para a Câmara dos Deputados na última eleição, só que isso só iria vigorar em 2006”, esclareceu ele. Lobão também observou que emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) por ele aceita e aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai além do que estava previsto, no que diz respeito a beneficiar os pequenos partidos.

Votaram contra o substitutivo os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Freire, Sebastião Rocha (PDT-AP), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Geraldo Cândido (PT-RJ), Marina Silva (PT-AC), Paulo Hartung (PPS-ES), Heloísa Helena (PT-AL) e Tião Viana (PT-AC).



Autor do substitutivo, Lobão fala no plenário em defesa da antecipação da exigência de desempenho

## Novas regras disciplinam transferências para o DF

Em turno suplementar, o plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) a projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que disciplina as transferências de recursos da União para o Distrito Federal. Foi decidido que os recursos vinculados ao custeio de determinados serviços serão computados uma única vez, não podendo ser também somados como gastos do governo local.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encerrou a votação dizendo que esse substitutivo está definitivamente aprovado, devendo agora a matéria ser submetida ao exame da Câmara dos Deputados. Na votação em primeiro turno, Roberto Saturnino reconheceu que 95% das transferências da União para o Distrito Federal têm como destinação a cobertura de dispêndios com pessoal ativo e inativo.

No entanto, argumentou Roberto Saturnino, as transferências previstas no Orçamento da União deixam evidente a dupla contagem de gastos com pessoal da administração pública, o que agora foi eliminado. E o senador Luiz Estevão destacou a importância dessa matéria para os servidores do Distrito Federal, visto que ela propicia um formato correto às folhas de pagamento de pessoal.

## Remanescentes de quilombo terão direito às terras que ocupam

Por 60 votos a um, o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam, garantindo a preservação de suas comunidades. Conforme o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a matéria agora vai cumprir interstício regimental para ser votada em segundo turno.

Ao defender a iniciativa, Lúcio Alcântara disse que as dificuldades vividas por esses descendentes de escravos remontam à demora com que aconteceu a abolição da escravatura, que só foi assinada às vésperas da proclamação da República. Ele lamentou que a abolição não tenha sido acompanhada de medidas econômicas capazes de inserir os escravos no tecido social, apontando especialmente a demora para a execução da reforma agrária.

“Um problema que já podia ter sido resolvido no século passado permanece como uma dificuldade a ser sanada”, afirmou Alcântara. Ele também referiu-se a estudos sociológicos segundo os quais a perseverança da pobreza no Brasil tem razões estruturais que explicam inclusive a marginalização de certos grupos sociais, como a mulher e o negro, que têm poucas oportunidades de trabalho e geralmente salários mais baixos. Em sua opinião, quem for decompor a população pobre do Brasil vai verificar que ela está integrada sobretudo por esses dois segmentos.

Lúcio Alcântara entende que sua iniciativa dará aos remanescentes de

quilombos o justo direito de serem reconhecidos como donos das terras onde vivem. “Se eles não têm o direito histórico, como os índios, que já estavam aqui na chegada dos portugueses, têm o direito social, que é extremamente importante e não pode deixar de ser reconhecido”, argumentou. O senador também definiu essa emenda constitucional como um reconhecimento pelo trabalho realizado na Casa pelo antropólogo e ex-senador Abdias Nascimento.

A senadora Marina Silva (PT-AC) explicou etimologicamente a origem da palavra “quilombo” (povoamento, união) e lembrou que esse era o lugar para onde os escravos fugiam para se proteger do trabalho forçado. Ela louvou a idéia de Lúcio Alcântara, dizendo que o Brasil já demorou muito tempo para resgatar essa dívida social para com seres humanos que, independentemente de suas vontades, vieram ajudar a fazer o país. “Que nesses 500 anos de descobrimento a gente possa oferecer algo para comemorar”, afirmou a senadora.

Tendo apresentado parecer inteiramente favorável à matéria, o senador José Fogaça (PMDB-RS) louvou a idéia de aplicar aos remanescentes dos quilombos o direito histórico à terra usufruído pelos povos indígenas. Ele disse supor que o Brasil tenha mais de mil quilombos e comentou que nada mais justo que dar a seus habitantes o direito de propriedade definitiva da terra. Também lamentou que, “passados mais de 100 anos, ainda persistam no Brasil, gerações após gerações, cidadãos negros que não contam com o direito nem de posse nem de propriedade da terra”. Na opinião de Fogaça, o que a Constituição brasileira vai fazer agora é, acima de tudo, justiça.

## Senado aprova renovação de concessão de quatro emissoras

O Senado aprovou ontem ato renovando a concessão outorgada à Rádio Galáxia, para explorar serviços em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano (MG). Também aprovou atos renovando a concessão para explorar serviços em onda média em favor das emissoras Rádio Clube de Minas Gerais, de Conselheiro Lafaiete (MG); Rádio Educadora Trabalhista, de Ubá (MG); e Rádio Meridional, de Cachoeira do Sul (RS).

Na mesma sessão, transcorreu o segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional que impede a reedição de medida provisória e dá nova disciplina à sua análise pelo Legislativo. Aprovada em primeiro turno no último dia 17, a iniciativa será votada em segundo turno amanhã, mediante substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS).

## CCJ analisa fundo de combate à pobreza

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia, em reunião marcada para as 10 horas de hoje, proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O parecer do relator da matéria, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é favorável à iniciativa, que inspirou proposta semelhante aprovada pela Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, no encerramento dos seus trabalhos. A CCJ também analisa projetos que tornam indisponíveis os bens de vítimas de seqüestro e de extorsão. De autoria dos senadores Luiz Estevão (PMDB-DF), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Álvaro Dias (PSDB-PR), os projetos têm pareceres contrários dos relatores. Na mesma reunião, a CCJ vai decidir sobre anistia a multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998; a criação, reprodução, importação e comércio de cães pit bull; e a inclusão de municípios mineiros na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Delibera ainda sobre projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que cria o Fundo Brasil de Cidadania.

## CAS apura irregularidades nos bingos eletrônicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), dando continuidade às investigações sobre denúncias de corrupção envolvendo a abertura de bingos eletrônicos no país, realiza audiência pública hoje, às 9 horas, para ouvir o jornalista Juca Kfourri, o ex-funcionário do Indesp João Elias Cardoso e o delegado da Polícia Federal Luiz Fernando Ayres Machado. Juca Kfourri foi um dos primeiros jornalistas a denunciar irregularidades cometidas no âmbito do Indesp. Luiz Fernando Ayres é o delegado encarregado das investigações. João Elias trabalhava no órgão, o Indesp, acusado de ter patrocinado e facilitado a entrada dos bingos eletrônicos no país.

# Plenário vota hoje as novas regras para edição de MPs

Será apreciada em segundo turno proposta que tira a eficácia da medida provisória que não for votada até 120 dias após a sua publicação

O plenário do Senado vota hoje, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que muda o prazo de validade e a forma de votação de medidas provisórias, dando-lhes vigência de 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Hoje, a MP tem validade de 30 dias, mas o presidente da República promove sua reedição todo mês, e algumas já estão em vigor há seis anos.

A grande novidade da proposta é que, ao final dos primeiros 45 dias, a medida provisória passará à frente de todos os outros projetos, com total prioridade de votação. Caso os deputados ou senadores não consigam terminar a votação até o 60º dia de sua edição, o documento legal ganhará outros 60 dias de vigência e continuará sobrestando todas as outras matérias em discussão.

No entanto, se ao final dos 120 dias a Câmara ou o Senado não tiver concluído sua votação, de forma separada, a medida provisória perderá eficácia, desde sua edição. Os senadores estarão votando um substitutivo apresentado pelo



José Fogaça é o autor do substitutivo já aprovado em primeiro turno pelo Senado

senador José Fogaça (PMDB-RS), o qual modifica projeto aprovado pelos deputados. Os deputados, por sua vez, haviam alterado uma proposta oriunda do Senado. Caso a proposta de Fogaça obtenha hoje votação favorável, a matéria será enviada novamente à apreciação dos deputados.

Os senadores discordaram da proposta de emenda que veio da Câmara por entenderem que ela permitia que uma Casa afetasse a autonomia da outra, mediante o mecanismo de obstrução da pauta, pois Câmara e Senado deveriam se reunir numa sessão do Congresso para examinar uma MP. Se os deputados não concordassem em votar uma medida provisória, automaticamente os senadores não poderiam votá-la.

Outro problema detectado por Fogaça: se na sessão conjunta do Congresso, a Câmara derrubasse uma MP, os senadores ficariam tolhidos em seu direito de se manifestar sobre a matéria. Por isso, o relator propôs em seu substitutivo que as votações de medidas provisórias sejam feitas separadamente pela Câmara e pelo Senado. Se por acaso a Câmara não conseguisse votar uma MP a tempo e ela passasse a ter prioridade sobre todas as outras votações, o Senado continuaria a trabalhar normalmente, sem ser afetado pelos atos dos deputados.

## Projeto simplifica documentação para endividamento

O plenário também votará hoje projeto de resolução, de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que procura resolver um problema burocrático de prefeituras e governos estaduais que têm de pedir ao Senado autorização para se endividar.

O Senado exige que eles apresentem ao Banco Central comprovante dos tribunais de contas atestando que cumpriram várias exigências legais, inclusive que destinaram à edu-

cação 25% de suas receitas ou que os vereadores não ganharam no ano mais de 75% do que receberam os deputados estaduais.

Como os tribunais de contas às vezes não conseguem julgar as contas das prefeituras e estados antes do último trimestre do ano, os governadores e prefeitos não conseguem apresentar os documentos ao solicitar o endividamento. A proposta de Maldaner, que conta com parecer favo-

rável do relator, Osmar Dias (PSDB-PR), estabelece que serão exigidas certidões negativas dos tribunais relativos ao "último exercício analisado" pelos tribunais.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou projeto de resolução com a mesma finalidade, mas, na votação de hoje, o relator recomendará a aprovação do projeto de Maldaner, por entender que sua redação é mais adequada.

## Eduardo propõe cadastro contra fraudes no sistema financeiro

Com o argumento de que não há nada que justifique o acobertamento do crime e da contravenção, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) apresentou projeto de lei que cria o Cadastro Geral de Contas, pelo qual o Banco Central (BC) manterá um núcleo central *on line* de recepção, monitoramento e controle da movimentação das contas bancárias e das instituições financeiras. O objetivo, conforme o senador, é evitar falcaturas — como lavagem de dinheiro e contas fantasmas — no sistema financeiro.

Na justificativa da proposta, ele esclarece que não se trata de quebrar o sigilo bancário, mas de quebrar o monopólio desse sigilo exercido pela instituição financeira, "substituindo-o pelo mesmo sigilo compartilhado e sob

a responsabilidade do Estado, a quem cabe a fiscalização do sistema financeiro, especificamente através do Banco Central, e, dentro de suas atribuições, através do Congresso Nacional ou do Ministério Público".

O projeto estabelece que o acesso às informações terá seu sigilo garantido mediante codificação reservada, e constituirá crime sua utilização fora das normas aplicáveis ao sigilo bancário. Prevê ainda que o Senado Federal, o Ministério Público Federal e a Receita Federal poderão conectar-se ao sistema sob condições específicas que garantam o sigilo bancário ou a sua quebra, nos termos da lei.

— A proposta instrumentará o poder público a combater eficazmente crimes como a lavagem do dinheiro



Eduardo Siqueira Campos quer que o BC acompanhe a movimentação de contas bancárias

proveniente de atividades criminosas, desvio de recursos públicos e contas fantasmas, fatos que o trabalho do Congresso, por meio de suas comissões de inquérito, comprovou sobejamente — afirma o senador.

## Aumentam adesões ao Programa Interlegis

O número de casas legislativas que já aderiram ao Programa Interlegis aumentou em 39,7% em decorrência do I Seminário Nacional da Comunidade Virtual do Poder Legislativo, que se realizou em Salvador até amanhã. Antes do seminário, participavam do Interlegis 170 câmaras de vereadores, as 27 assembleias estaduais, o Senado e a Câmara dos Deputados, num total de 199 instituições. Durante o seminário, inscreveram-se na Interlegis mais 79 câmaras de vereadores.

O seminário reúne no Centro de Convenções do estado da Bahia mais de 750 participantes, entre senadores, deputados, vereadores e representantes das casas legislativas. O aumento do número de adesões decorre em grande parte das palestras técnicas apresentadas na manhã de ontem. Por meio delas, os integrantes do evento foram informados sobre as vantagens do projeto. Armando Cerchi Nascimento, diretor-técnico da Coordenação Especial do Programa Interlegis, explicou que o programa nasceu da constatação de que o cidadão está mais exigente e o Legislativo precisa manter uma imagem positiva junto à sociedade.

O programa, criado para fomentar a comunidade virtual do Poder Legislativo, tem como um de seus objetivos fortalecer a representatividade do parlamentar e sua legitimidade.

Para Robson Aurélio Néri, chefe do Serviço de Formação da Comunidade do Programa Interlegis, os benefícios que a Interlegis trará para os parlamentares são inúmeros: o acesso às informações da Internet, a criação de *e-mail* e *home page* criação de comitês temáticos para discussões de questões importantes, entre outros. O grande benefício, entretanto, para Robson Néri, é a possibilidade de uma interação do parlamentar com o cidadão, democratizando as ações parlamentares e possibilitando o seu acompanhamento direto.

## Como fazer para se inscrever

Parlamentares, individualmente, e casas legislativas podem se juntar à Comunidade Virtual do Legislativo. O pedido pode ser enviado via *e-mail* (informa@interlegis.gov.br), telefone (61-3114722) ou fax (61-321.2794).

A Interlegis oferece às câmaras municipais um microcomputador, uma impressora, uma antena parabólica, *e-mail* individual e *home page* para todos os parlamentares. Para as assembleias legislativas, 15 a 20 microcomputadores, câmara para videoconferência, um servidor de rede e impressora. O programa exige adesão formal ao projeto, local para instalação dos equipamentos e funcionários para serem treinados pela coordenação da Interlegis.

# Aprovado limite mínimo para aplicação na agroindústria

CAE acata projeto que obriga o BNDES a destinar ao setor pelo menos 22% de seus recursos. Como a votação teve caráter terminativo, a matéria será enviada diretamente à Câmara, a menos que haja recurso para exame em plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, com 14 votos favoráveis e seis contrários, o projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que estabelece a obrigatoriedade da destinação de, no mínimo, 22% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento de projetos no setor de agroindústria. O objetivo do projeto, segundo o relator, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), é aumentar o volume de recursos usados para financiar o desenvolvimento da agroindústria brasileira. O projeto teve votação terminativa na comissão.

Os senadores que defenderam o projeto, como Pedro Piva (PSDB-SP), Ernandes Amorim (PPB-RO), Agnelo Alves (PMDB-RN), Ramez Tebet (PMDB-MS) e o relator, ressaltaram que a fixação de um limite mínimo de aplicação dos recursos do BNDES na agroindústria é uma forma de obrigar o banco a ajudar o setor.

Ernandes Amorim e Agnelo Alves criticaram as prioridades do banco para a aplicação de recursos nos es-

tados do Centro-Sul, enquanto os demais senadores questionaram os empréstimos feitos pelo BNDES para permitir que multinacionais comprassem empresas estatais.

Todos os que votaram contra a matéria — José Fogaça (PMDB-RS), Bello Parga (PFL-MA), Paulo Souto (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP), Geraldo Althoff (PFL-SC) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) — criticaram o que chamaram de “engessamento” dos recursos do banco para um setor. Outros senadores, como Jefferson Péres (PSDB-AM), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Roberto Saturnino (PSB-RJ), votaram favoravelmente à matéria, embora achando que a medida não terá resultados práticos e não funcionará como lei.

De acordo com Gilberto Mestrinho, tem havido, nos últimos anos, uma redução expressiva do apoio do BNDES à agroindústria. Em 1994, informou, a participação da agroindústria no orçamento do banco alcançou 29% do total. Em 1998, acrescentou, esse percentual foi reduzido para 13%.



A fixação de um percentual mínimo para financiamentos à agroindústria provocou muita discussão, mas saiu vencedora com 14 votos favoráveis

## Governadores falam sobre problemas financeiros dos estados da região Norte

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou ontem que os governadores da região Norte serão os próximos a comparecer à CAE para audiência pública. Eles irão expor a situação financeira dos estados e os acordos para pagamento das dívidas junto à União. Já compareceram à comissão governadores das regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste.

Na reunião da CAE, os senadores decidiram arquivar o projeto que dispõe sobre a emissão e resgate de títulos da dívida pública dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, de autoria do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS). O parecer do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), pelo arquivamento da matéria por se tratar de assunto de competência privativa do Senado, foi aprovado por unanimidade.

A comissão também rejeitou o projeto que altera o prazo de financiamento do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) para

a construção de hotéis de turismo. O projeto, de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), teve o parecer contrário do relator, senador Freitas Neto (PFL-PI).

A pedido do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), foi concedida vista por cinco dias para o projeto que autoriza a captação de recursos no mercado externo para aplicações na atividade rural. Jonas Pinheiro disse que quer examinar melhor o projeto, de autoria do senador Ernandes Amorim (PPB-RO).

Os demais projetos foram retirados de pauta. São eles: projeto que ameniza perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para os municípios que tiveram redução da população; dois projetos que tratam da compra de material para acervos públicos, que serão examinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); um projeto que trata de incentivo à política agrícola; e outro que dispõe sobre o código tributário.



Comissão de Educação do Senado aprovou parecer favorável ao projeto que prorroga para março de 2001 o prazo previsto na chamada Lei Pelé

## CE prorroga o prazo para os clubes de futebol do país se transformarem em empresas

A Comissão de Educação (CE) do Senado aprovou parecer favorável ao projeto que prorroga para março de 2001 o prazo previsto na chamada Lei Pelé para que os clubes de futebol se transformem em empresas. A proposta, que vai agora à votação no plenário do Senado, iguala esse prazo ao previsto para a extinção do vínculo desportivo, o denominado “passe” dos atletas.

De acordo com a Lei Pelé, os clubes seriam obrigatoriamente transformados em empresas já no ano 2000, um ano antes da extinção do “passe”, que ocorrerá em 2001. No entender da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), relatora da matéria, a prorrogação do prazo dará oportunidade para que o tema seja melhor analisado pelos clubes e por todos os desportistas.

Emilia Fernandes manifestou-se favoravelmente à ampliação do prazo por entender que o debate envolvendo a

transformação dos clubes de futebol em empresas não está esgotado. Segundo ela, vários dirigentes de grandes clubes estão em dúvida em relação à medida proposta em lei.

— Eu, particularmente, sou contra os clubes se transformarem em sociedades com fins puramente lucrativos. Sou do tempo em que clube de futebol representava amor à camisa, trabalho e compromisso de uma comunidade ou de um estado com o seu time e não uma empresa lucrativa — afirmou a senadora.

Como exemplo, ele disse que grandes times de futebol do Rio Grande do Sul, como o Grêmio, o Internacional e o Juventude, mesmo depois de decorridos quase dois anos de vigência da lei, ainda não conseguiram fazer a adaptação. “Imagine os times considerados pequenos”, observou a senadora, ao colocar em dúvida o benefício da transformação dos clubes em empresas.

## Luiz Carlos Prestes dará nome a rodovia entre Brasília e Formosa

A Comissão de Educação (CE) também aprovou projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) denominando “Rodovia Luiz Carlos Prestes” o trecho da BR-020 situado entre Brasília e a cidade de Formosa, no estado de Goiás.

A comissão aprovou ainda projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que denomina “Avenida Mário Gurgel” o trecho da BR-262 situado entre o bairro Jardim América e o trevo da Ceasa, no município de Cariacica, Espírito Santo.

Na mesma oportunidade, a CE aprovou projeto apresentado em conjunto pelos senadores Gerson Camata e Luzia Toledo (PSDB-ES) dando o nome de “Senador João Calmon” à Escola Téc-

nica Federal do Espírito Santo, no município de Colatina.

Foi acolhido, ainda, voto em separado do senador José Jorge (PFL-PE) ao projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) estendendo alguns benefícios aos alunos do 2º grau, nos mesmos moldes dos já concedidos aos de 1º, como o fornecimento gratuito de livros didáticos.

A Comissão de Educação também aprovou a renovação e permissão de funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Panati (PB), Rádio e TV Correio (PB), Rádio e TV Diário de Mogi (SP), Fundação Logos Edições, Jornalismo e Radiodifusão (SP) e Rádio Cidade do Sol (RN).

## Parlamentares divergem sobre a extinção dos bingos eletrônicos

A extinção dos bingos em todo o país foi outro tema discutido na reunião de ontem da Comissão de Educação do Senado. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) propôs um amplo debate para saber se a sociedade deseja acabar com esse tipo de jogo e disse que, em vez de extinguir os bingos, o governo deveria efetuar uma rigorosa fiscalização e punir quem infringir a lei.

Para ela, a atividade vem beneficiando várias modalidades esportivas, por meio da canalização de recursos prevista em lei. Além disso, observou, os empresários que controlam os bingos, em sua grande maioria, são sérios e estão surpresos com a possível extinção do jogo.

A senadora sustentou que os bingos não podem ser extintos com uma simples medida provisória. A seu ver, é necessária a realização de um debate nacional, envolvendo inclusive a participação dos empresários “que montaram os seus negócios e investiram pesadamente atendendo a um chamamento do próprio governo”.

Durante os debates, o senador Edison Lobão (PFL-MA) informou que cerca de um milhão de pessoas trabalham atualmente direta ou indiretamente com os bingos. Ele também defendeu uma rigorosa fiscalização do governo nas casas de jogos.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) expressou opinião contrária, defendendo o imediato fechamento dos bingos. Requião entende que, durante os últimos 18 meses de funcionamento das casas de bingo, não houve qualquer benefício para o esporte. Pelo contrário, sustentou, eles foram usados para a lavagem de dinheiro do crime organizado e abriram maior espaço para a sonegação.

— Está na hora de se acabar com essa experiência trágica — sentenciou Roberto Requião, sugerindo outras fontes de custeio para o esporte amador, que poderiam vir das loterias federais e estaduais.

O senador pelo Paraná refutou o argumento de Lobão, segundo o qual a manutenção dos bingos é importante porque emprega muita gente.

— A pensar assim, deveríamos legalizar o narcotráfico, que é responsável por um número muito maior de empregos — argumentou.

# Tebet pede a Brindeiro que investigações sejam rápidas

Presidente da CPI do Judiciário e procurador-geral da República reúnem-se para acertar apuração das denúncias feitas no relatório

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, reuniu-se ontem com o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Brindeiro disse considerar prioritário o trabalho do Ministério Público em torno do relatório da CPI e anunciou que vai destacar qua-

tro subprocuradores para examinar as conclusões da comissão.

O procurador-geral esteve com Tebet e o relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA), para tomar conhecimento do relatório da CPI e discutir as possíveis ações por parte do Ministério Público.

Segundo o procurador, inquéritos já

estão sendo realizados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para investigar as participações no superfaturamento da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo do ex-presidente do tribunal, Nicolau dos Santos Neto, e do juiz trabalhista Délvio Buffulin.

Tebet transmitiu a Brindeiro a expectativa de que a Procuradoria dê seqüência às apurações da CPI, evitando que a opinião pública tenha a impressão de que as comissões de inquérito não levam à punição de criminosos e infratores:

— Não podemos deixar a impressão de que a CPI acabou em pizza. Pedi ao procurador-geral que não passe por cima da lei, mas apresse o passo — disse Tebet.

O pedido de Tebet foi bem recebido por Brindeiro, segundo o próprio procurador. Tanto Brindeiro quanto Tebet lembraram que a cooperação entre a CPI e a Procuradoria iniciou-se ainda na fase das investigações feitas pela comissão, quando promotores foram destacados para participar de diligências, exames de documentos e depoimentos.



Brindeiro (D) antecipou a Tebet que destacará quatro subprocuradores da República para examinarem as conclusões da CPI do Judiciário

## Aprovado projeto que proíbe os postos de combustível *self-service*

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer da senadora Heloísa Helena (PT-AL) favorável ao projeto que proíbe o funcionamento no Brasil de bombas de auto-serviço operadas pelo próprio consumidor nos postos de abastecimento de combustíveis. A proposta, se aprovada pelo plenário do Senado, poderá evitar a demissão de cerca de 300 mil frentistas no país.

Presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), a comissão também aprovou parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO) ao projeto de lei que institui o procedimento sumariíssimo no processo trabalhista

nos dissídios individuais cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo. A matéria ainda vai à análise da Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação de sua juridicidade e constitucionalidade.

A CAS aprovou também, em caráter terminativo, projeto que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, estabelecendo que na assistência farmacêutica, no âmbito do Sistema Nacional de Saúde, somente poderão ser utilizados, em caráter exclusivo, medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos (Rename), com a obriga-

toriedade de rótulos e embalagens apresentarem, de forma visível e do mesmo tamanho do nome do produto, a expressão "distribuição gratuita".

A comissão aprovou ainda, em caráter terminativo, o projeto que destina renda da Loteria Esportiva para entidades de atendimento a crianças excepcionais; o que dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para crianças até 12 anos, desde que matriculadas em estabelecimento de ensino; o que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica recuperadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho, através do SUS; e o que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para aumentar a proporcionalidade de empregados brasileiros.

A CAS concedeu vistas ao projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a linha de pobreza; aos do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que dispõem sobre o exercício da profissão de taxista e sobre o benefício previdenciário complementar para vítimas e dependentes dos motoristas de veículos de carga ou de passageiros que sofrerem crimes ou acidentes; e ao do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), sobre benefício à pessoa idosa ou portadora de deficiência.



Segundo o relatório aprovado pela comissão, medida poderá evitar a demissão de cerca de 300 mil frentistas em todo o país



Comissão de Orçamento adiou para amanhã votação sobre R\$ 1,43 bilhão em créditos extras pedidos pela União

## CMO aprova R\$ 985 milhões em créditos suplementares

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem oito projetos de lei que somam R\$ 985,82 milhões em créditos suplementares às dotações orçamentárias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Foi adiada para a sessão de amanhã a votação de outros três projetos de lei que totalizam créditos suplementares no total de R\$ 1,43 bilhão, e o relatório referente à mensagem que solicita autorização para a execução

orçamentária do subprojeto relativo ao contorno rodoviário de Volta Redonda.

No Poder Executivo, foram beneficiados com créditos suplementares os ministérios da Defesa, da Justiça, das Relações Exteriores, dos Transportes e do Meio Ambiente, além da Petrobras, Casa da Moeda e Banespa Corretora de Seguros. O Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a Justiça do Trabalho também tiveram aprovados pedidos de reforço orçamentário.



Senador Luiz Estevão (D), presidente da Subcomissão do Idoso, acompanha a palestra feita pelo médico Renato Veras

## Médico defende mudanças no atendimento aos idosos

Em 70 anos, a população idosa do Brasil aumentará 16 vezes, ou quase quatro vezes mais que a população total do país no mesmo período. O alerta foi feito pelo diretor da Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati), Renato Peixoto Veras, em exposição feita ontem na Subcomissão do Idoso, presidida pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Segundo o médico, a população brasileira somava 50 milhões de pessoas em 1950 e deve chegar a 240 milhões daqui a 20 anos. Já a população idosa passará de dois milhões de pessoas, na metade do século, para 32 milhões em 2020:

— São 750 mil idosos a mais a cada ano — sentenciou o especialista.

Para o professor, este aumento na população mais velha requer mais atenção para programas preventivos. Caso não haja este investimento, o custeio para a assistência médica "ficará muito difícil, senão inviável".

O professor sugeriu um novo paradigma para os cuidados com os idosos. Além de mais recursos para a prevenção, ele quer mais estímulos para programas de integração social e padronização nos atendimentos médicos. Ele considera as

universidades como local ideal para a agregação de idosos, ao lado de jovens e da produção do conhecimento. Também defendeu o aumento do número de geriatras no país, hoje insuficiente para atender a demanda, embora o país tenha mais médicos que o necessário.

Indagado pelo senador Luiz Estevão, o médico explicou que a Unati é vinculada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e oferece mais de 120 cursos para idosos. Não consegue, porém, atender a toda a demanda: são cerca de dez mil candidatos para pouco mais de duas mil vagas colocadas gratuitamente à disposição da população.

A Universidade Aberta da Terceira Idade oferece, entre outros, cursos de alfabetização, dança, línguas, atividades físicas variadas, cultura, economia e até sexualidade. Em sua palestra, intitulada "País jovem de cabelos brancos", o diretor da entidade defendeu a criação de cursos de formação específicos para idosos, como um curso de recepcionistas de alto nível. Renato Veras recordou ainda que a meta da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o Ano Internacional do Idoso (1999) é o envelhecimento saudável.

## Para Rocha, dados de *Veja* sobre Amapá estão errados

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) contestou ontem dados publicados pela revista *Veja* sobre o Amapá. "O número de homicídios no estado não está diminuindo. Ao contrário, está aumentando, conforme mostra o *Jornal do Dia*, de Macapá, em reportagem publicada no último dia 23", garantiu.

Segundo Sebastião Rocha, a reportagem de *Veja* sobre o estado também foi contestada por editorial do jornal *Diário do Amapá*, que



Rocha argumenta que número de homicídios não está diminuindo

desmentiu dados relativos ao envio de US\$ 5 milhões anuais ao Amapá, por organismos franceses, quantia que passaria a US\$ 25 milhões, a partir do ano 2000. "O jornal afirma que ninguém sabe dessas quantias no estado", disse.

— Para não chamar a revista *Veja* de equivocada, só falta agora o governador João Capiberibe dizer onde estão ou como foram aplicados os milhões mandados pelos franceses — enfatizou.

## Reforma pode impedir crescimento, afirma Alcântara

"Qual é o empresário que vai colocar uma unidade produtiva no interior do Nordeste se não tiver incentivo? Claro que não vai. É muito mais cômodo para ele ficar no Sudeste." O alerta foi feito ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao cobrar cautela para que a reforma tributária, em votação na Câmara dos Deputados, não se transforme em instrumento que venha a impedir o crescimento das regiões mais pobres.

Destacando observação do governador do Ceará, Tasso Jereissati — em seminário do Instituto Teotônio Vilela, órgão do PSDB —, de que a reforma tributária deve considerar a necessidade de desconcentração do crescimento, Alcântara disse que não se pode prescindir de uma visão integrada da questão. — Fala-se muito que essa reforma deve

ser feita para acabar com a guerra fiscal. E o que é a guerra fiscal? É um instrumento de que os estados lançaram mão para atrair investimentos que significam implantação de indústrias, comércio, serviços, enfim, tudo que possa levar desenvolvimento e emprego, justamente a grande luta hoje de todo governante.

Para Alcântara, nenhum governador do Nordeste entrou na guerra fiscal porque quisesse, mas por ser o único instrumento disponível. E a estratégia, segundo o senador, deu resultado, gerando um fluxo de investimentos. "Se o que se quer com a reforma tributária é simplesmente impedir a guerra fiscal, ela é uma reforma contra os estados mais pobres, das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, e não pode ter o nosso apoio, até porque nada oferece em troca", advertiu.



Para Alcântara, proposta de reforma tributária atinge regiões pobres

# Maldaner propõe revisão na lei de proteção a testemunhas

Senador afirma que juristas têm apontado falhas no texto que acabam por favorecer criminosos, como a proteção a réus colaboradores

Ao sugerir que o Congresso Nacional reveja possíveis falhas existentes na lei que criou o programa de proteção a testemunhas, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que alguns juristas têm apontado brechas na lei que favorecem os criminosos. O senador citou a opinião do promotor do estado de São Paulo, Alexandre Demetrius Pereira, para quem a lei, ao abarcar também a proteção a réus colaboradores, permite que o crime fique sem punição, dado que o réu delator pode obter perdão judicial.



Maldaner lembra que réu delator pode obter perdão judicial

— A doutrina e o espírito da lei são bons, mas não podemos contrariar interesses da sociedade, maior vítima desses beneficiados — argumentou. Para o senador, o aparato legal para assegurar proteção a testemunhas importantes no combate ao crime organizado já demonstrou sua eficácia nos Estados Unidos, na Itália e no Brasil, onde a testemunha-chave da CPI do Narcotráfico foi responsável por revelações de tal importância, que resultaram na cassação de um deputado federal e na prisão de mais de 30 pessoas.

O fato de essa testemunha ter dado entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* para dizer que o programa de proteção às testemunhas não funciona levou o senador a comentar que o Estado tem a responsabilidade de assegurar todos os recursos e mecanismos necessários ao sucesso do programa.

Ponderou, no entanto, que a proteção a réus colaboradores, tal como está na lei, exige aprimoramento. Para Maldaner, o promotor paulista tem razão ao dizer que "basta ao réu que praticou o roubo, ficando com parte dos bens roubados, dirigir-se à delegacia de polícia e dizer onde se encontra o depósito das demais coisas roubadas, que, se forem parcialmente recuperadas, ensejarão o perdão judicial do acusado".

## Iris Rezende questiona livro do jornalista Conti

O jornalista Mário Sérgio Conti, em seu livro *Notícias do Planalto — A Imprensa e Fernando Collor*, teve como objetivo central "atingir o seu antecessor na revista *Veja*, expondo pela primeira vez o que podemos qualificar como uma verdadeira guerra de bastidores pelo poder na Editora Abril", disse ontem o senador Iris Rezende (PMDB-GO). Mesmo não tendo sido acusado diretamente, o senador não admite que, por conta de intrigas entre jornalistas, sua honra pessoal venha a ser atingida.

— Não aceito o papel de bode expiatório neste episódio. Não tenho, nunca tive e jamais terei qualquer tipo de atuação que possa significar suborno ou favorecimento em busca de manchetes ou matérias positivas. Não admito o papel de pivô num confronto pessoal de jornalistas — protestou.

Iris Rezende disse que se manifestava sobre o assunto "em respeito ao Senado,

a seu estado e ao país". Segundo o senador, a cobertura da imprensa sobre o livro deu destaque a apenas duas páginas em que o autor insinua que seu antecessor no cargo de diretor de *Veja*, Roberto Guzzo, teria recebido dinheiro para publicar na revista duas reportagens favoráveis à sua pessoa no ano de 1989.

Sem provas, sem ter colhido o depoimento do senador para a obra, Conti, conforme Iris Rezende, além de tentar atingi-lo, lançou dúvidas sobre a conduta de profissionais respeitados e poderá "macular a trajetória da própria imprensa brasileira". Na sua opinião, o próprio Conti revelou insegurança quanto ao que publicou, pois, em entrevista ao jornal *Correio Braziliense* do último dia 26, "diz que não sabe se houve ou não suborno".

Conti, segundo Iris Rezende, o envolveu numa intriga porque a *Veja* publicou o que toda a imprensa na época tam-

Iris: não quero ser pivô num confronto entre jornalistas



bém publicou, "as conquistas de sua gestão à frente do Ministério da Agricultura, quando o país, pela primeira vez em sua história, colheu três supersafras recordes".

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lamentou a frequência com que "jornalistas irresponsáveis dizem o que lhes vêm à cabeça", testemunhou que Iris "venceu pelos próprios meios, com competência e dignidade", e assegurou sua solidariedade. Também objeto de acusações, Maguito afirmou ter em mãos "um calhamaço do Ministério Público" em que todas as denúncias contra ele não foram comprovadas. O Ministério Público deveria mandar publicar os resultados de suas investigações, sugeriu o senador, acrescentando que, por causa dessas injustiças, estaria pensando em encerrar sua carreira política.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Biodança  
7h30 — *Especial Unip* — Figado (2ª parte)  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — Senadora Luzia Toledo fala sobre a inclusão dos símbolos nacionais no ensino fundamental  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Comissão Assuntos Sociais (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista* — Senador Roberto Saturnino fala sobre a rodada do milênio e a economia mundial  
19h — *Cores do Brasil* — Pará  
19h30 — *Debate* — Senador Gilberto Mestrinho e Mary Allegretti falam sobre projetos ambientais para a Amazônia  
20h30 — *Entrevista* — Senadora Luzia Toledo fala sobre a inclusão dos símbolos nacionais no ensino fundamental

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — *Agenda Econômica* — Osires Lopes Silva, professor da UnB, fala sobre reforma tributária

22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

## Volta da inflação preocupa Jefferson Péres

O possível retorno da inflação foi abordado em discurso no plenário pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Segundo ele, há "fortes sinais" de que a escalada de preços pode voltar, se o governo não tomar medidas enérgicas como a manutenção da taxa de juros no nível adequado.

— Gostaria que a taxa de juros fosse zero, mas não podemos nos esquecer de que os juros são um eficiente instrumento contra a inflação — disse.

Para Jefferson Péres, a estabilidade conquistada nos últimos cinco anos, com o Plano Real, é muito importante para ser perdida. Ele lembrou que a inflação brasileira foi a mais cruel da

história, superando inclusive as hiperinflações que assolaram a Alemanha e a Áustria nos anos 20. Na opinião de Jefferson Péres, a situação é preocupante porque o presidente Fernando Henrique Cardoso está com a popularidade em baixa e pode ficar tentado a adotar soluções populistas. Ele citou como exemplo o segundo adiamento no pagamento da dívida dos estados.

O senador criticou o que chamou de ingerência do governo na política de preços das escolas particulares, enquanto



Jefferson Péres alerta para os sinais da nova escalada de preços

promove aumento de suas tarifas. Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também criticou o tratamento dado às escolas privadas e se disse preocupado com a elevação de preços e serviços básicos.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a insegurança é generalizada e que há vários indícios de que a inflação pode estar voltando.

# Marina coleta assinaturas para projetos contra miséria

Senadora busca apoio para as três propostas de emendas constitucionais sugeridas pela Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem o início da coleta de assinaturas para as três propostas de emenda à Constituição (PEC) que resumem o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Mista de Combate à Pobreza. "Podemos considerar a data de hoje como o fechamento de um ciclo, uma pequena vitória, mas ainda não vencemos a guerra a que nos propomos: a da erradicação da pobreza", afirmou a senadora. As PECs tramitarão em conjunto e ao mesmo tempo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.



Marina: "Ainda não vencemos a guerra a que nos propomos"

Segundo Marina, as propostas aprovadas pela comissão criam um fundo constitucional para o combate à pobreza, alimentado por uma série de receitas que proporciona um volume de recursos de R\$ 4 bilhões por ano. A senadora destacou o consenso obtido ao final dos trabalhos da comissão, quando foi aprovado o relatório final do deputado

Roberto Brant (PFL-MG). Marina explicou que Brant acatou diversas emendas da oposição, dentre elas a criação de um orçamento social com recursos destinados exclusivamente a programas de combate à pobreza, e a

garantia, por parte do governo, de uma renda mínima para todo cidadão brasileiro:

—O relatório propõe, ainda, que seja colocado na Constituição um dispositivo que force a União a garantir o poder aquisitivo do salário mínimo. O passo, agora, é garantirmos o controle social dos gastos públicos. Aqui a democracia avança. Aqui deveremos investir nossa ação parlamentar — disse Marina.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, avaliou como positiva a forma como a Comissão de Combate à Pobreza concluiu seus trabalhos. Suplicy ressaltou o trabalho do deputado Roberto Brant, como relator, ao acatar a urgência na aprovação das PECs, principalmente a que institui uma linha oficial de pobreza no país.

## Mauro saúda aprovação de PEC sobre moradia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou ontem sua satisfação diante da proximidade da aprovação final, na Câmara dos Deputados, da proposta de emenda constitucional (PEC) que classifica a moradia como direito fundamental dos brasileiros, ao lado da educação, saúde, trabalho, segurança e Previdência Social. A proposta foi aprovada em Comissão Especial da Câmara dos Deputados.



Mauro diz que PEC virá preencher lacuna no texto da Constituição

Para Mauro Miranda, a PEC virá sanar uma lacuna da Constituinte. "O teto é instrumento precioso de integração familiar e social, contribuindo para a redução da violência urbana, do consumo de drogas e do desemprego. Quem tem endereço, tem aquele referencial mínimo para facilitar as relações de trabalho. Por isso, a moradia deve ser consagrada como garantia básica da família, na Constituição", disse.

Ele citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimando em 5,1 milhões de moradias o déficit habitacional do Brasil. "Os dados não são mais alarmantes porque o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) reconheceu como moradias as casas de papelão, os barracos das favelas e as palafitas. Do contrário, o déficit subiria para 12 milhões de unidades."

Ao concluir seu discurso, Mauro

Miranda afirmou que a solução da moradia no Brasil passa pela destinação de recursos públicos a fundo perdido para as famílias mais carentes. "Em Goiás, temos a experiência de construções de 40 metros quadrados ao custo de R\$ 2.500 por unidade, no sistema de meio mutirão. Através de uma política de massificação de moradias, chegaríamos a custos fi-

nais baixos, democratizando o acesso dos futuros beneficiários."

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) cumprimentou o expositor pela oportunidade da apresentação da PEC da moradia. Também em aparte, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) manifestou sua preocupação com a inadição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que se tornou uma "arapuca" para os mutuários. "Estou espantado com a insensibilidade do governo de não propor soluções viáveis e urgentes."

## Maguito cobra socorro para 12 milhões que não têm teto

Os 12 milhões de brasileiros sem teto poderão contar com habitações dignas se houver decisão política das autoridades nesse sentido, conforme ressaltou ontem o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ao lamentar que tantas pessoas estejam "vivendo precariamente em casas de lona, de pau-a-pique ou de papelão, disputando lixo nas grandes cidades".

Maguito parabenizou Mauro Miranda pela proposta de emenda constitucional que inclui a moradia entre os direitos sociais. Lembrou que o economista Celso Furtado afirmou que o mais importante para o país hoje é um programa que resolva o problema habitacional.

O senador considera que o relatório da Comissão para a Erradicação da Pobreza contempla de forma adequada a questão da moradia. Destacando que o jurista Pontes de Miranda ensina que a moradia é um direito tão importante quanto saúde e educação, o senador elogiou o trabalho do prefeito de Maurilândia (GO), José Carlos Cruz, que construiu 500 casas para famílias que viviam em barracos de lona preta.



Maguito elogiou iniciativa de prefeito de Maurilândia (GO)

## Maria do Carmo pede apoio para recuperação de drogados

Antes de se pensar em novas alternativas para recuperação de jovens viciados, é necessário dar todo apoio aos projetos que funcionam no país, mas vivem o drama da falta de dinheiro. A opinião foi manifestada em discurso ontem pela senadora Maria do Carmo (PFL-SE).

Ela apontou como exemplo de obra que vem dando bons resultados a Fazenda da Esperança, em Guaratinguetá (SP), onde voluntários ajudam na recuperação de jovens dependentes de drogas, tendo como base o trabalho, "ponto de honra na busca do bem-estar e da justiça social". Os rapazes ficam um ano na fazenda e tudo o que produzem é vendido na cidade, com o objetivo de tornar o projeto auto-sustentável.



Maria do Carmo exaltou projeto chamado Fazenda da Esperança

No Brasil, conforme Maria do Carmo, já existem 11 fazendas da Esperança e uma filial foi criada na Alemanha, terra natal do frei Hans Stopel, um dos idealizadores do projeto, junto com Nelson Giovanelli, há mais de 15 anos. O resultado com os 700 jovens que estão na escola é tão bom que até o BNDES concordou em financiar

uma fábrica de massas na fazenda, disse a senadora:

— É preciso envolver na prevenção e no combate às drogas a sociedade, os governos e as prefeituras. Cada um entra com o que pode oferecer, mesmo que seja mínimo — um terreno, tijolos etc. O jovem não deve ser pensado como futuro. O jovem é presente e tem de ser pensado como presente — propôs a senadora por Sergipe.

## Suplicy vai a embaixador dos EUA pedir por jornalista negro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ao plenário ontem que entregará ao embaixador dos Estados Unidos documento solicitando novo julgamento para o jornalista americano Mumia Abu-Jamal, que aguarda execução no "corredor da morte" de uma penitenciária da Pensilvânia. Suplicy convidou todos os parlamentares

a participarem de audiência com o embaixador, marcada para hoje, às 10h30, na embaixada.

Suplicy lembrou que o jornalista, um antigo líder dos Panteras Negras, era conhecido na Filadélfia por seus programas de rádio em que apoiava os movimentos sociais e denunciava



Suplicy acredita que jornalista foi julgado por um racista

abusos das autoridades e as práticas de racismo e opressão. Mumia Abu-Jamal foi condenado à morte, continuou o senador, após ter defendido seu irmão que estava sendo espancado por um policial. Mumia levou um tiro e o policial também foi baleado e morreu. Suplicy disse ainda que o processo correu repleto de irregularidades e o juiz que condenou o jornalista à morte, Albert Sabo, é um notório racista:

— Só a pressão internacional poderá levar o governo dos Estados Unidos a suspender definitivamente a pena de morte e determinar a realização de um novo julgamento — afirmou Suplicy.

## Luzia fala à TV Senado sobre estudo dos símbolos nacionais

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) fala, em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30, sobre projeto de sua autoria

que inclui os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. Isto significa que não será criada uma nova disciplina, devendo o assunto ser abordado pelos professores em suas matérias.



Luzia Toledo argumenta que é preciso "desenvolver o amor à pátria entre as crianças e os adolescentes". Segundo ela, muitos jovens não sabem sequer o significado das cores da bandeira nacional e, muito menos, o dos componentes do brasão da República. A senadora adianta que pretende apresentar um projeto permitindo a utilização da bandeira nacional em todos os lugares.